



# BANCADA VAI AO SUPREMO PARA RECUPERAR FUNDAP

## Parlamentares vão apelar a Rodrigo Janot para discutir o tema

▄ RONDINELLI TOMAZELLI  
rtomazelli@redgazeta.com.br

Os senadores capixabas Ricardo Ferraço (PSDB) e Magno Malta (PR) vão recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para anular o projeto de resolução do Senado (PRS 72/2010) que asfixiou o sistema ICMS/Fundap. Em outra frente, parlamentares federais capixabas devem ter hoje, em Brasília, audiência com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a quem pedirão apoio e providências para apurar as denúncias de corrupção.

A delação premiada de um executivo da Odebrecht na Lava Jato aponta que o projeto, patrocinado pelo governo federal, foi “comprado” no Senado para atender objetivos de mercado da empreiteira na chamada “guerra dos portos”. À época, o Espírito Santo foi um dos poucos Estados prejudicados, tendo ficado praticamente isolado no debate.

A medida impôs um tombo bilionário da arrecadação do governo e das prefeituras capixabas a partir da uniformização das alíquo-



Ferraço e Magno entram com ações conjuntas na CCJ do Senado e no STF para anular fim do Fundap

### ROMBO

*“Vamos recorrer ao STF para reparar os danos que essa organização criminosa causou para o nosso Estado”*

**RICARDO FERRAÇO (PSDB) SENADOR**

tas do ICMS de importação, aprovada em 2012. Magno e Ferraço também tentarão pautar hoje, na Comissão de

Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, uma resolução que anula o projeto que acabou com o Fundap.

Como o tema tem repercussão local, será difícil obter adesões numerosas. Se a iniciativa for aprovada, não precisa de aval da Câmara – tem status terminativo no próprio Senado. Além de sustar os efeitos do PRS, o texto também obriga o Senado a criar mecanismos de correção jurídica dos prejuízos do Espírito Santo desde 2012 até a eventual aprovação dos senadores.



ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO

### NA LAVA JATO

*“A Odebrecht é a mentora intelectual do crime, e os senadores foram os matadores de aluguel contra o Espírito Santo”*

**MAGNO MALTA (PR) SENADOR**

“É uma pena que essa revelação surgiu num fim de ano. Não sabemos qual o resultado, mas estamos fazen-

do nossa mobilização”, frisa Ferraço. O tucano não procurou apoios de colegas, até porque o episódio se circunscreve a um prejuízo isolado de um só Estado.

Ferraço reconhece que, nesta última semana de funcionamento do Congresso, não se pode prever nenhum resultado prático. Por isso mesmo os dois senadores acionarão a Justiça. Segundo o tucano, o recurso deve ficar pronto hoje. Santa Catarina e Goiás tiveram prejuízo em seus incentivos fiscais, mas em menor grau.

### O CONTEXTO

#### MORTE SÚBITA

Liquidada sem regra de transição pelo Senado em 2012, a resolução do Senado unificou em 4% a alíquota de ICMS importação, e reduziu brutalmente a margem de arrecadação do incentivo do Fundap, incidente sobre a cadeia portuária do Estado desde 1970.

#### DELAÇÃO

Esta semana, veio a público a delação premiada de um executivo da Odebrecht, revelando, à Operação Lava Jato, ter a votação do Senado sido comprada pela empreiteira por interesses corporativos em acabar com a “guerra dos portos” no país.

#### DELAÇÃO

O Fundap ficou inviabilizado com a queda de receitas. O projeto foi aprovado por 58 votos a favor e 10 contra em 24 de abril de 2012 no plenário do Senado. A projeção é de queda de 7% no PIB do Estado. Vitória perdeu R\$ 1 bilhão em quatro anos.

## Capixabas já preparam denúncia

▄ Dentro dos esforços para tentar anular a implosão do sistema ICMS/Fundap, parlamentares capixabas devem ter em Brasília, hoje, reunião com Rodrigo Janot. Eles pedirão que o procurador-geral da República informe imediatamente à bancada caso haja a homologação da delação do executivo Cláudio Mello.

Se homologada, daí a bancada patrocinaria medidas judiciais – entendimento divergente do que tomaram Magno Malta e Ricardo Ferraço.

Numa reunião ontem à tarde, deputados e a senadora Rose de Freitas (PMDB) também decidiram avisar a Janot estarem en-



LUÍS MACEDO/AG. CÂMARA

Lelo defende ação de inconstitucionalidade no STF

trando, no Ministério Público, com denúncia formal envolvendo o caso. Na prática, é mais uma forma de pressão política, porque já sabem que Janot nada poderá fazer enquanto a delação

premiada não for suficientemente comprovada e avaliada pelo Judiciário.

“Vamos pedir a Janot que isso seja esclarecido e, em esclarecendo, que o projeto que derrubou o Fundap seja

revertido. Essa reversão é por meio de Adin (ação direta de inconstitucionalidade), que cabe à Mesa da Câmara, à OAB e a outros entes, e vamos usar esse caminho parlamentar”, afirma o deputado Lelo Coimbra (PMDB).

Rose divergiu da estratégia da Adin, sustada ao menos por ora. Em paralelo, há outras medidas judiciais e legislativas em curso.

Acusados pelo delator Cláudio Filho de receber R\$ 4 milhões em propina para aprovar o texto contra o Fundap, os senadores do PMDB Renan Calheiros e Romero Jucá não foram cobrados publicamente pelos capixabas. Segundo Jucá, o governo não teme novas delações.

## Reunião no Estado para debater saídas

▄ Lideranças políticas, empresariais e da sociedade civil estão sendo convidadas pelos senadores Ricardo Ferraço e Magno Malta para uma “grande reunião” na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, às 13h de segunda-feira, para discutir saídas desse problema.

Ao mesmo tempo, a bancada federal fará contato com governo do Estado, que, segundo o deputado Lelo Coimbra, tem legitimidade direta para entrar com ação judicial como parte lesada, mas ainda está estudando medidas cabíveis.

O Executivo capixaba tem o inconveniente de ter recebido compensações do

governo federal, na forma de financiamento diferenciado do BNDES, pela uniformização das alíquotas de ICMS de importação. Constar a votação do fim do Fundap repercutiria nesses benefícios recebidos posteriormente. Na bancada, há dúvidas até sobre eventual devolução de recursos recebidos pelo Estado.

Para o governo, a duplicação da BR 262 (no papel) e a conclusão das obras do aeroporto (em curso) entram na lista de compensações. Na reunião da bancada, ontem, ninguém falou em nome do Palácio Anchieta, que também não tomou medidas neste caso.